

Capítulo 4

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO



Capítulo 4 - Enquadramento Institucional e Organização

1. Órgãos de Gestão do Banco de Cabo Verde

O Banco de Cabo Verde, de acordo com a sua lei orgânica, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e tem a sua sede na cidade da Praia. O Banco de Cabo Verde é o Banco Central da República, devendo nessa qualidade ter como atribuições assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional.

São órgãos do Banco o Governador, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

Ao Governador compete representar e actuar em nome do Banco junto das instituições e organismos internacionais ou estrangeiros; superintender na coordenação e dinamização da actividade do Conselho de Administração e convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração e das comissões especiais deste emanadas; superintender em tudo o que se relacione com os interesses do Banco e com a sua actividade geral.

Ao Conselho de Administração compete a orientação geral e a prática de todos os actos necessários ou convenientes à prossecução dos fins cometidos ao Banco e que não sejam abrangidos na competência exclusiva de outros órgãos, sendo de destacar os seguintes: propor ao Governo a política monetária e cambial; apresentar ao Governo, a pedido deste ou por iniciativa própria, propostas legislativas sobre matérias das atribuições do Banco; aprovar regulamentos e outros actos normativos, no âmbito das atribuições do Banco, de cumprimento obrigatório pelas entidades sujeitas à sua supervisão; decidir sobre a orientação dos mercados monetário, financeiro e cambial; aprovar o plano de contas do Banco; elaborar um regulamento interno do Banco no qual defina a estrutura organizacional, as competências e funções dos serviços que a integram, as normas gerais a observar no desenvolvimento das actividades a seu cargo e, em geral, o que se revele adequado, tendo em vista o seu bom funcionamento; definir a política de pessoal, bem como a salarial; aprovar o plano anual de actividades, o orçamento de exploração e ainda o balanço, relatório e contas de cada exercício.

Como órgão de fiscalização do Banco, compete ao Conselho Fiscal: acompanhar o funcionamento do Banco e o cumprimento das leis e regulamentos que lhe são aplicáveis; examinar a escrituração, as casas-forte e os cofres do Banco, sempre que o julgue conveniente, com observância das inerentes regras de segurança; emitir parecer acerca do orçamento, assim como do balanço e contas anuais; pronunciar-se acerca de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Governador ou pelo Conselho de Administração; elaborar um relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora.

O Conselho Consultivo é composto pelo Governador do Banco, que preside, e pelos antigos Governadores, por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica, financeira e empresarial, um representante das entidades supervisionadas pelo Banco e pelo Presidente do Conselho Fiscal. Compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se, não vinculativamente, sobre: o relatório anual da actividade do Banco, a actuação do Banco decorrente das funções que lhe estão cometidas; outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo Governador ou pelo Conselho de Administração.

2. Recursos Humanos

Mantendo a perspectiva da melhoria contínua dos seus Recursos Humanos, o BCV continuou, em 2008, a apostar na contratação de técnicos especializados, na promoção da formação contínua, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na actualização e reforço dos seus Instrumentos de Gestão de Recursos Humanos, como forma de dar resposta aos desafios que se colocam à Instituição.

No final de 2008, o Banco de Cabo Verde contava com um total de 115 efectivos, um a mais do que no final de 2007, sendo 101 pertencentes ao quadro do pessoal e 14 contratados fora do quadro. Ressalta-se a entrada no quadro do Banco de novos técnicos reforçando assim o quadro de colaboradores.

O Banco de Cabo Verde tem adoptado a política de recrutar técnicos com sólida formação superior e o ano de 2008 não fugiu a esta orientação estratégica. A percentagem de funcionários do BCV habilitados com formação superior é de 46,2%. O Banco continua a política de incentivo para estudos, concedendo apoio aos trabalhadores estudantes, participando no pagamento de propinas e na aquisição de materiais didácticos. Esta política visa a promoção do aumento do nível de escolaridade dos funcionários da instituição e gerar o desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais que funcionam como uma mais-valia para a instituição.

Quadro 48 - Nível académico

	Homens	Mulheres	TOTAL
Mestrado	3	2	5
Pós-Graduação	5	5	10
Licenciatura	13	16	29
Curso Médio	-	4	4
12º Ano	6	4	10
Curso Complementar 10º e 11º Ano	6	3	9
Curso Geral	7	10	16
EBI – Ensino Básico Integrado	5	12	18
Total	45	56	101

Fonte: BCV

A componente da formação é importante para o Banco de Cabo Verde e nesse âmbito, principalmente nas áreas financeiras, cerca de 50% dos funcionários participaram em acções de formação, com duração variável, de carácter essencialmente técnico.

Quadro 49 - Participantes em Acções de Formação

	N.º de Funcionários
Banco de Portugal - Estágios, Cursos	17
Formações em áreas específicas	40
Total	57

Fonte: BCV

No que se refere ao Desenvolvimento de Recursos Humanos, nomeadamente à sua componente de Avaliação de Desempenho, concretizou-se a revisão do Portfólio de

Competências, procurando um maior equilíbrio entre as competências em avaliação e as funções exercidas pelos avaliados.

Ainda nesta perspectiva de melhoria contínua dos Instrumentos de Gestão de Recursos Humanos, procedeu-se à actualização do Qualificador de Funções, tratando-se da segunda actualização realizada e que teve como objectivo qualificar novas funções resultantes de evolução funcional da instituição e da dinâmica do contexto em que esta se insere, demonstrando uma forte capacidade adaptativa por parte do BCV.

Órgãos do Banco

Governador

Carlos Augusto de Burgo

Conselho de Administração

Carlos Augusto de Burgo

João Andrade Lopes

Manuel Costa

Manuel Frederico

*Oswaldo Évora Lima**

Conselho Fiscal

Aristides Alcântara

Eurico Pinto Monteiro

Carlos Lopes

Conselho Consultivo

Carlos Augusto de Burgo

Olavo Avelino Garcia Correia

Oswaldo Miguel Sequeira

Amaro Alexandre da Luz

Corentino Virgílio Santos

Paulo Santos Monteiro, Jr.

António Hilário Cruz

Orlando Mascarenhas

Aristides Alcântara

Representante das Instituições Financeiras

* Resolução n.º 9/2008 de 29 de Julho, publicada no Boletim Oficial n.º 27 – II Série, de 29/07/2008 foi nomeado o Sr. Dr. **Oswaldo Évora Lima**, para exercer o cargo de Administrador do Banco de Cabo Verde, tendo tomado posse no dia 05 de Setembro de 2008.

Responsáveis pelos Órgãos de Direcção

Departamento de Mercados

Carlos Rocha

Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamento

Antónia Lopes

Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras

João Carlos Fidalgo

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

António Péricles Silva

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Fátima Fialho

Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Salomé Rodrigues

Departamento de Recursos Humanos

José Manuel Veiga

Departamento de Administração Geral

António Varela